

Educação política e ação comunicativa: a implementação de práticas em uma Escola Pública do Sertão Pernambucano

1. INTRODUÇÃO

É notável que a educação política é essencial para a formação de cidadãos críticos e engajados. Em determinadas regiões como o sertão de Pernambuco, enfrentar os desafios da implementação dessas práticas pode gerar impactos significativos. Este trabalho apresenta um projeto em desenvolvimento com alunos do Ensino Fundamental II em uma escola pública no sertão pernambucano, destacando a participação no programa Câmara Mirim, além da criação de um projeto de lei anticapacitista.

A abordagem se fundamenta na Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas, que enfatiza a importância da comunicação orientada para o entendimento mútuo e a ação colaborativa (Habermas, 1984).

2. DESENVOLVIMENTO

A escola pública está localizada no sertão de Pernambuco, em uma região marcada por desafios socioeconômicos. O público-alvo circunda os alunos do Ensino Fundamental II, no intuito de promover a conscientização política e potencializar a participação ativa na sociedade. A Teoria do Agir Comunicativo de Habermas foi escolhida como base teórica por sua relevância em processos de comunicação e formação de consenso (Habermas, 1990; Freire, 1970).

Durante o desenvolvimento do projeto, os alunos participaram atividades em sala de aula, foram realizadas discussões e rodas de conversa para a elaboração de propostas legislativas, estimulando o pensamento crítico, colaborativo e cidadão dos estudantes. A experiência culminou em uma vivência prática na Câmara dos Deputados, onde os alunos envolvidos no projeto puderam simular a atuação parlamentar e compreender o processo legislativo de forma concreta.

A criação do Projeto de Lei Anticapacitista, inicialmente começou com a identificação do problema, que envolveu discussões sobre inclusão e direitos das pessoas com deficiência. Houve o desenvolvimento de um projeto através de oficinas de redação legislativa, para capacitar os alunos na elaboração de propostas de lei, além de debates, promovendo um canal de diálogo e cooperação (Gohn, 2008).

Por fim, o projeto foi apresentado e divulgado através de simulações de apresentação do projeto de lei em diversos contextos, envolvendo a comunidade escolar e local para obter feedback e apoio.

3. METODOLOGIA

A abordagem utilizada foi a qualitativa, envolvendo observação participante, análise de conteúdo e intervenções pedagógicas estruturadas. A observação participante permitiu o acompanhamento direto das atividades e a interação contínua com os alunos, facilitando a coleta de dados detalhados sobre o desenvolvimento de suas habilidades políticas e comunicativas. As produções dos alunos, como redações, debates e o projeto de lei, foram analisadas utilizando métodos de análise qualitativa para identificar temas e padrões emergentes.

As ações pedagógicas se basearam aulas teóricas e práticas. As aulas teóricas trataram conceitos básicos sobre política, cidadania e direitos humanos, alinhando-se principalmente com os princípios da educação libertadora de Paulo Freire (Freire, 1970). Em relação as atividades práticas foram realizadas simulações, debates e oficinas de redação legislativa, promovendo o engajamento ativo dos alunos e o desenvolvimento de habilidades práticas. Além disso, a participação no Câmara Mirim em Brasília, proporcionou uma experiência prática e imersiva no processo legislativo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação e execução de metodologias que envolvam educação política no Ensino Fundamental II vem se demonstrando na prática ser um meio eficaz na promoção da conscientização política e participação cidadã dos alunos.

Somadas as experiências, em especial a do Câmara Mirim e a criação do Projeto de Lei (PL) Anticapacitista não só aumentaram o interesse dos estudantes pela política, como fortaleceram e desenvolvimento de habilidades críticas e propositivas.

O projeto ressalta a necessidade de iniciativas semelhantes rumo a cidadania e a inclusão. A adoção de princípios da Teoria do Agir Comunicativo de Habermas apresentou-se fundamental para gerar um ambiente de diálogo e consenso, primordial para a construção de cidadãos conscientes e engajados politicamente (Habermas, 1990).

5. CONCLUSÃO

A construção e execução deste projeto permitiu o desenvolvimento de conhecimentos sobre técnicas de educação política, o desenvolvimento de habilidades de comunicação e a importância da inclusão. A participação dos alunos em atividades, especialmente no Câmara Mirim e nas criações do Projetos de Lei (PL), provou a eficácia de práticas na promoção da cidadania a inclusão.

O projeto também reforçou a relevância da Teoria do Agir Comunicativo de Habermas como base para práticas educativas orientadas para o entendimento e o consenso (Freire, 1970; Gohn, 2008).

6. REFERÊNCIAS

Habermas, J. (1990). Consciência moral e ação comunicativa . Imprensa do MIT.

Freire, P. (1970). Pedagogy of the oppressed (MB Ramos, Trans.) New York: Continuum. Original work published.

Gohn, M. D. G. M. (1992). Movimentos sociais e educação (Vol. 5). Cortez Editora.

Brasil. Câmara dos Deputados. (n.d.). Câmara Mirim. Recuperado de [site da Câmara Mirim](<https://www.camara.leg.br/camaramirim>).